



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**04/02/2017**

# INDICE

---

1. AÇÕES CORREGEDORIA	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1
1.2. JORNAL PEQUENO.....	2
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL CORREIO POPULAR.....	3
2.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	4
2.3. JORNAL O PROGRESSO.....	5
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	6 - 11
4. ESMAM	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	12
5. JUÍZES	
5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	13
5.2. JORNAL PEQUENO.....	14
6. PLANTÃO NO TJMA	
6.1. JORNAL PEQUENO.....	15
7. PRECATÓRIOS	
7.1. JORNAL CORREIO POPULAR.....	16
7.2. JORNAL O QUARTO PODER.....	17 - 18
7.3. JORNAL PEQUENO.....	19 - 20
8. PRESIDÊNCIA	
8.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	21 - 22
8.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	23 - 24
8.3. JORNAL O QUARTO PODER.....	25
8.4. JORNAL PEQUENO.....	26
9. PROCESSO SELETIVO	
9.1. JORNAL PEQUENO.....	27 - 28
10. VARA CRIMINAL	
10.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	29
10.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	30
10.3. JORNAL O QUARTO PODER.....	31 - 32
10.4. JORNAL PEQUENO.....	33 - 37

### **CEMAR esclarece sobre notícia de indenização emitida pelo TJ-MA**

A Cemar informa que não foi formalmente notificada da decisão judicial em questão, não podendo avaliar, nesse

momento, sobre eventual recurso.

A Companhia informa, ainda, que o recurso às instâncias superiores da justi-

ça é direito constitucionalmente assegurado a todo e qualquer cidadão, órgão público ou privado. A Companhia respeita e

cumprirá as decisões judiciais, resguardando sempre o seu amplo e legítimo direito de defesa. (Assessoria)

### **Precatórios no caminho dos municípios**

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, e o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Cleomar Tema, se reuniram nesta sexta, 3, para discutir soluções referentes às obrigações dos municípios quanto ao pagamento de precatórios.

O TJ quer encontrar solução partilhada para que os municípios honrem os precatórios sem prejudicar suas já combalidas finanças.

O juiz José Nilo Ribeiro Filho, coordenador de Precatórios do TJMA, diz que a questão envolve praticamente todos os municípios do Maranhão: “O primeiro passo é orientar os gestores municipais sobre a necessidade de observar a legislação que trata dessas obrigações e colocar o Tribunal de Justiça à disposição daqueles que têm a intenção de adimplir, com uma maior brevidade, os precatórios”.

“Os prefeitos têm a oportunidade de se anteciparem, para que o pagamento seja feito da melhor forma possível. Estamos abrindo o diálogo, para que todos tomem ciência de que essas dívidas devem ser quitadas o mais breve possível”, avisou o magistrado. (Com informações da assessoria do TJMA)

# Novo tempo na classe empresarial sob a regência de *Felipe Mussalém*

● PÁG.2



Felipe Mussalém e Fabrízio Duailibe com Luzia Rezende

Fotos/De Jesus/Divulgação/Ribamar Pinheiro



Acima, a diretoria empossada; à direita, o presidente Felipe Mussalém cumprimenta a sua antecessora

# POSSE NA ACM:

*um grupo de caras novas  
promete virada de página*



Com uma solenidade festiva, foi empossada oficialmente na última quarta-feira a nova diretoria da Associação Comercial do Maranhão, cujo presidente é o empresário, pedagogo e administrador Felipe Mussalém, tendo como vice o empresário e engenheiro da computação, Fabrizio Duailibe.

O rito, que aconteceu na própria sede da entidade, no Palácio do Comercio, contou com a presença de empresários e outros convidados, além de autoridades.

Felipe Mussalém tem 36 anos de idade e é o terceiro presidente mais jovem da ACM,

sendo superado apenas por Roberto Albuquerque, com 29 anos, e Júlio Noronha.

Aliás, a solenidade de posse mostrou que começou um novo tempo naquela instituição secular. Entre os novos diretores da entidade nenhum deles pertence à geração que comandou a casa durante os últimos anos.

Pelo que se viu na solenidade, o novo comando da Associação Comercial do Maranhão, trouxe pela palavra do jovem presidente, Felipe Mussalem, uma mensagem carregada de otimismo e de dinamização, o que significa prenúncio de virada de página.



**Desembargador Raimundo Barros (TJ-MA), Benedito Buzar (AML),  
Tiago Diaz (OAB-MA) e Luiz Carlos Cantanhede Fernandes (ACM)**

Divulgação/Gabrielle Ferraz



**A** Des<sup>a</sup> Nelma e o conselheiro Ronald Sarney iniciam fevereiro em festa. O casal completa 42 anos de casados nesta quinta, 09, e vai celebrar a data dentro do espírito carnavalesco que o momento inspira: com um baile à fantasia. A casa do casal será cenário das Bodas de Prata Dourada. Na foto, em ensaio com toda a prole - realizado recentemente por Gabrielle Ferraz -, Ronald e Nelma, com as filhas Adriana (e os filhos Eduarda e Gabriel), Andréa (o esposo Fábio Moruzzi e os filhos Enrico e Felipe) e Alina (com Edilázio Junior e Enzo, Davi e Lucca).

## **Incansável**

O Des. Ricardo Duailibe acaba de ser eleito membro efetivo do TRE-MA para o biênio que se inicia no fim deste mês. Com esta serão três as funções exercidas pelo magistrado, que já atua na Quinta Câmara Cível e é Ouvidor do Tribunal de Justiça. Pelo menos neste primeiro momento, o propósito dele é conciliá-las.

# ESTADO MAIOR

## Seletivo

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) antecipou o resultado final com a lista dos candidatos classificados no Processo Seletivo para Estágio Remunerado no Poder Judiciário.

A lista do resultado por ampla concorrência pode ser consultada no site da Esmam, na área de "Processos Seletivos - Estágio Remunerado 2016".

O resultado, previsto para sair segunda-feira, foi antecipado com autorização da Comissão de Supervisão do Processo Seletivo, presidida pelo desembargador José de Ribamar Castro.

## **A mosca azul**

Causou espanto em muitos quando Flávio Dino decidiu, no auge de sua carreira na magistratura, largar a toga para se entregar de cabeça ao mundo da política, optando inicialmente por um mandato de deputado federal.

Mais recentemente, no mesmo caminho de Dino, veio Marlon Reis, um dos autores da Lei da Ficha Suja, que abandonou a carreira de juiz e tem planos de, já no ano que vem, entrar para a política.

E agora corre à boca miúda que outro magistrado, Gervásio Protásio dos Santos Júnior, também parece inclinado a seguir os passos do saudoso Gervásio Santos e disputar um mandato no Legislativo.

ESTADO  
MAIOR

Interferência do Governo do Estado no Tribunal de Justiça gera polêmica às vésperas da eleição.

POLÍTICA 3

## ESTADO MAIOR

### Polêmica no TJ

O Tribunal de Justiça do Maranhão tem uma regra estabelecida que garante um rodízio de desembargadores no comando do Pleno, permitindo que todos os seus membros possam ter a oportunidade de chegar à presidência no período em que estiverem no exercício do cargo.

Essa regra estabelece que apenas os desembargadores mais antigos na Casa - e que ainda não tenham exercido cargos na direção - possam pleitear o posto de presidente, vice-presidente e corregedor-geral de Justiça. Foi essa regra que garantiu ao atual presidente, desembargador Cleones Cunha, passar pelo posto de corregedor-geral antes de chegar à presidência.

Veza por outra, os embates naturais nos colegiados acabam por subverter essas regras, mas de forma natural, sem estabelecer novos procedimentos.

Mas agora os desembargadores - com apoio da Associação de Magistrados do Maranhão - estudam mudar as regras, garantindo que qualquer desembargador possa pleitear, a qualquer tempo, o posto de presidente do TJ, independentemente do tempo de serviço.

A questão se reveste de polêmica porque estão na vez para chegar ao comando os desembargadores Nelma Sarney, José Joaquim Figueiredo e Maria das Graças Duarte. E, pela tradição, já foi estabelecido que Nelma assumiria a presidência, tendo José Joaquim como corregedor e mantendo Maria das Graças na vice-presidência.

A mudança nas regras teria o objetivo, portanto, de abrir uma disputa intensa no tribunal, dificultando, ou mesmo impedindo, que Nelma Sarney chegue à presidência. E é exatamente por esse viés que a discussão levanta a suspeita de que o Palácio dos Leões esteja interferindo na política *interna corporis* do Poder Judiciário. Polêmica à vista, portanto.

**A mudança nas regras teria o objetivo de abrir uma disputa intensa no tribunal**

# ESTADO MAIOR

## E MAIS

- Com apoio da Associação de Magistrados, desembargadores tentam alterar as regras do TJ para permitir que qualquer desembargador possa disputar a presidência do tribunal.



Divulgação

Leonardo foi preso por policiais da Senarc em sua casa por roubo

## Foragido, Leonardo dos Santos é preso na Vila Itamar

Detido é irmão de Renato Pestana, que comanda o tráfico de droga na Ilha de dentro de Pedrinhas

O foragido da Justiça Leonardo Almeida dos Santos, 19, foi preso na sexta-feira, 3, dentro de sua residência, localizada na Rua 6 da Vila Itamar, por roubo. A polícia também informou que o detido é irmão de Renato Almeida Pestana, que comanda o tráfico de droga na Ilha de dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A prisão de Leonardo Almeida foi feita pela equipe da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc). O superintendente da Senarc, delegado Carlos Alessandro de Assis, declarou que esse criminoso tinha um mandado de prisão expedido pela 6ª Vara Criminal. Ele cometeu um roubo no ano de 2015 em companhia de outros cúmplices de crime.

Os policiais, por meio de denún-

cias via WastsApp, conseguiram prender o acusado e o conduziram até a sede da Senarc, no Bairro de Fátima, onde prestou esclarecimento e foi encaminhado para Pedrinhas. Ele também é envolvido no tráfico de entorpecente. "Esse criminoso também está sendo investigando quanto a alguma participação em venda de droga que é coordenada pelo seu irmão Renato", disse Carlos Alessandro de Assis. ●

### NA WEB

PMs do Caso Kamila serão indiciados

[oestadoma.com/422925](http://oestadoma.com/422925)

Mais notícias de **Polícia** em **oestadoma.com**

## Intimação pelo WhatsApp

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, estuda a viabilidade de adotar, no âmbito dos juizados especiais cíveis e da fazenda pública, a modalidade de intimação das partes em processo, por meio do aplicativo 'WhatsApp'. No estudo, a equipe técnica da corregedoria concluiu ser viável as intimações por meio do aplicativo, enviadas durante o horário de expediente do Juízo, a partir de aparelho celular cadastrado para a unidade judicial, utilizado - exclusivamente - para este fim. O projeto será apresentado pela corregedora Anildes Cruz nos próximos dias ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha.



## **Justiça condena os três acusados da morte do advogado Brunno Matos**

**Junior Chaguinhas** - Se isso pode ser chamado de condenação. O crime no Brasil compensa!! JUSTIÇA DE MERDA.

**Marcos Roberto** - Só 8 e 6 anos para um crime cheio de qualificadores e por motivo fútil, sendo que já estavam e vão continuar em liberdade para recorrerem... Lamentável! Isso para a "Justiça maranhense" e para a sociedade de bem... Chega a ser bizarro!

**Alessandro Henrique** - Hoje vejo que só o pobre se lasca, brincadeira, matou uma pessoa de forma tão cruel, com um futuro todo pela frente, na frente de várias pessoas, e pega só 8 anos, e vai responder em liberdade... Nossas leis são uma piada.



## Título de cidadão ludovicense

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, será agraciado com o Título de Cidadão de São Luís, na Câmara de Vereadores da capital. A concessão da honraria foi comunicada ao magistrado na manhã de ontem, durante visita do 1º vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Osmar Filho, autor do Decreto Legislativo aprovado pelos demais membros da Casa. O vereador Osmar Filho afirmou que a homenagem do Parlamento Municipal é um reconhecimento aos relevantes serviços que o desembargador vem prestando à sociedade e à cidade de São Luís ao longo de sua trajetória profissional e enquanto presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

## Política miúda?

É pouco provável que um grupo de desembargadores tente barrar a colega Nelma Sarney como próxima presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão. Se é dela a vez no rodízio que define a troca de comando, não há o que discutir. E mais improvável ainda é o suposto grupo ter o apoio da Amma. Mudar a regra do jogo é o mesmo que fazer política miúda.

## JUSTIÇA

# Condenados os acusados da morte de Brunno Matos

Os três réus acusados de matar o advogado Brunno Matos, em 6 de outubro de 2014, no Olho d'Água, foram condenados após 17 horas de julgamento. O engenheiro Diego Polary, Carlos Marão e o vigilante João Gomes pegaram oito, seis e um ano de prisão, respectivamente.

O júri considerou Polary com

o envolvimento mais grave no crime. Ele foi condenado pelo assassinato de Brunno Matos e ainda por tentar matar Alexandre Matos e Kelvin Chiang.

Já Carlos Marão foi condenado pela participação no crime e ainda pela tentativa de assassinato de Alexandre e Kelvin. O vigilante João Go-

mes, contudo, teve a menor das condenações. Ele foi condenado por lesão corporal. Sua pena será convertida em trabalhos comunitários.

Os três réus poderão recorrer da condenação em liberdade. A defesa de Diego Polary já avisou que vai recorrer da decisão.

## ENTENDA O CASO

O advogado Brunno Eduardo Soares Matos, de 29 anos, foi assassinado a facadas na madrugada do dia 6 de outubro de 2014, após a festa de comemoração do senador eleito Roberto Rocha (PSB), realizada no comitê de campanha do candidato, no bairro Olho-d'Água, em São Luís.

O irmão dele, Alexandre Soares Matos, e o amigo

Kelvin Kim Chiang também foram lesionados. O crime teria sido resultado de uma discussão por causa do som alto da festa. De início, Carlos Humberto Marão Filho foi apontado como principal suspeito do crime. No dia 16 de outubro, o vigilante João José Nascimento Gomes assumiu a autoria do assassinato. Depois alegou ter sido coagido por um advogado a assumir a autoria do crime.

## **Cemar esclarece sobre notícia de indenização emitida pelo TJ-MA**

A Cemar informa que não foi formalmente notificada da decisão judicial em questão, não podendo avaliar, nesse momento, sobre eventual recurso.

A Companhia informa, ainda, que o recurso às instâncias superiores da justiça é direito constitucionalmente assegurado a todo e qualquer cidadão, órgão público ou privado. A Companhia respeita e cumpre as decisões judiciais, resguardando sempre o seu amplo e legítimo direito de defesa.

*(Assessoria de Imprensa da Cemar)*

## **FAMEM e TJ discute alternativas de cobrança dos precatórios aos municípios**

Os presidentes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e do Tribunal de Justiça, prefeito Cleomar Tema (Tuntum) e desembargador Cleones Carvalho Cunha, respectivamente, iniciaram, nesta sexta-feira (03), tratativas que visam encontrar alternativas relacionadas à cobrança de dívidas de precatórios para as cidades maranhenses. **Página 3**

# FAMEM e TJ discute alternativas de cobrança dos precatórios aos municípios



Os presidentes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e do Tribunal de Justiça, prefeito Cleomar Tema (Tuntum) e desembargador Cleones Carvalho Cunha, respectivamente, iniciaram, nesta sexta-feira (03), tratativas que visam encontrar alternativas relacionadas à cobrança de dívidas de precatórios para as cidades maranhenses.

O assunto é uma das principais reivindicações dos atuais prefeitos e prefeitas feitas à entidade municipalista. Atualmente, de acordo com o último edital de comunicação emitido pelo TJ, no dia 31 de dezem-

bro de 2016, 134 municípios do estado possuem dívidas de precatórios.

Cleomar Tema, que participou do encontro acompanhado de prefeitos e da assessoria jurídica da Federação, sugeriu ao desembargador que seja estudada uma maneira para que a cobrança não atinja recursos depositados mensalmente nos chamados fundos constitucionais nas áreas da educação, saúde e assistência social.

“Quando o sequestro dos valores da dívida do precatório é executado, qualquer recurso que esteja na conta da prefeitura é

retido, inclusive dos Fundos da Saúde, Assistência e Fundeb. Nossa ideia é de que essa retenção ocorra somente nos recursos oriundos do FPM”, explicou o prefeito.

Cleones Cunha explicou que a cobrança da dívida é uma exigência legal e que, constantemente, o Conselho Nacional de Justiça realiza inspeções com o objetivo de verificar se os Tribunais de Justiça do país estão, ou não, cumprindo a lei.

O desembargador avaliou como interessante a proposta do presidente da FAMEM e determinou que a coordenação de precatórios

do Tribunal, juntamente com a assessoria jurídica da entidade, aprofundem os estudos.

Também propôs a Tema, o que foi prontamente aceito, uma parceria institucional entre o Poder Judiciário e a Federação para orientar os gestores a procurarem o Tribunal para negociar o pagamento dos precatórios.

“O que ocorre na maioria das situações é o gestor não adotar nenhuma medida, como o parcelamento da dívida. Esse gestor pode e deve procurar o Tribunal para buscar uma alternativa que evite o bloqueio dos recursos”, disse o desembargador.

Durante o encontro, também foram tratadas parcerias futuras para orientar os gestores sobre recebimento de tributos e implantação, nos municípios, de plataformas digitais que permitam agilizar serviços no setor da assistência social.

Estiveram presentes na reunião os prefeitos Djalma Melo (Arari), Rodrigues da Lara (Nina Rodrigues) e Professora Vanderli (Anapurus).

# Comitê da campanha “Maranhão contra as drogas” terá participação de 8 instituições

A coordenadora da Comissão Externa da Câmara Federal sobre consumo de drogas entre jovens, deputada Eliziane Gama (PPS-MA) participou nesta sexta-feira (03) da reunião de trabalho no Tribunal de Justiça do Maranhão onde foi criado Comitê Gestor da Campanha “Maranhão contra as drogas”.

O comitê será coordenado pelo juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, Dr. Júlio Praseres e pela Promotora de Justiça, Dra. Cristiane Lago e inicialmente contará com a participação de representantes de oito instituições: Tribunal de Justiça do Maranhão, Ministério Público Estadual, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Governo do Estado, Polícia Civil, Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e Câmara Federal.



“O Comitê Estadual da Campanha Maranhão Contra as Drogas será muito importante na implementação das políticas públicas sobre drogas nesse Estado, pois promoverá a colaboração mútua entre instituições que já desenvolvem isoladamente atividades de prevenção e combate do uso indevido de

drogas, como o Ministério Público Estadual, que há 3 anos realiza em São Luís a campanha Quem Escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?”, esclareceu a Dra. Cristiane Lago.

O Inspetor da Polícia Rodoviária Federal, Wilami Lopes também participou da reunião de trabalho e será o representante da

PRF no comitê gestor da campanha. Além dele, esteve presente o Dr. Jorge Leite do TJ-MA.

A proposta da campanha é o engajamento do Poder Público, das instituições e da sociedade civil na luta contra o consumo de drogas e a realização de ações preventivas em todo o Maranhão.

# Tribunal do Júri condena acusados pelo assassinato de Brunno Matos

Após quase 19 horas de julgamento, o Corpo de Jurados da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís decidiu, na madrugada dessa sexta-feira (03), pela culpabilidade dos acusados Diego Henrique Marão Polary e Carlos Humberto Marão Filho.. **Página - 6**



# Tribunal do Júri condena acusados pelo assassinato de Brunno Matos



Após quase 19 horas de julgamento, o Corpo de Jurados da 2ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís decidiu, na madrugada dessa sexta-feira (03), pela culpabilidade dos acusados Diego Henrique Marão Polary e Carlos Humberto Marão Filho. O primeiro foi condenado a 8 anos de reclusão, pela morte do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e tentativa de homicídio do irmão dele, Alexandre Matos. O segundo, a 6 anos de reclusão, por participação no homicídio. Em relação ao terceiro acusado, o vigilante João José Nascimento Gomes, houve a desclassificação para lesão corporal e ele foi condenado à pena de 01 ano de detenção.

Atuaram na defesa de Diego Polary os advogados paulistas Yuri Félix, Francisco de Paula Bernardes e Diego

Rego Moliterno. Eles defenderam a tese de negativa de autoria, sustentando que o acusado estava dormindo em sua residência no momento em que o crime fora cometido. A defesa de Carlos Humberto Marão Filho foi feita pelo advogado Ítalo Leite, que também adotou a tese de negativa de autoria, enquanto o vigilante João José Nascimento Gomes foi representado pelo defensor público Marcus Patrício Soares Monteiro.

Na acusação atuou o promotor de justiça Rodolfo Soares dos Reis, auxiliado pelos advogados Meihem Ibrahim Saad Neto e Rafael Moreira. Com base no depoimento de testemunhas e das vítimas e de laudos periciais, eles procuraram demonstrar que Diego Polary fora o autor do crime, contando com a participação de Carlos Marão

Filho. O juiz Gilberto Lima Moura, titular da 2ª Vara do Júri de São Luís, após divulgar a decisão dos jurados e fixar as penas dos acusados, informou que, em face dos bons antecedentes, eles poderão recorrer do resultado do julgamento em liberdade.

Na denúncia do Ministério Público consta que o homicídio e as duas tentativas de homicídio foram resultado de uma discussão, decorrente de quebra de retrovisores de alguns veículos que estariam obstruindo o acesso à garagem da residência do acusado Marão Filho, localizada na Rua dos Magistrados, no bairro do Olho d'Água. Brunno Matos foi morto a golpe de faca. Alexandre Matos e Kelvin Chiang também foram feridos com arma branca.

Carlos Marão Filho foi pronunciado pela suposta parti-

cipação na morte do advogado Brunno Matos; o vigilante João José Nascimento Gomes, pela suposta prática de homicídio do advogado e tentativa de homicídio contra Kelvin Chiang; e Diego Polary, pela suposta prática de crime de homicídio de Brunno Matos e tentativa de homicídio contra Alexandre Matos.

**O crime** - conforme a denúncia feita pelo promotor de justiça Agamenon Batista de Almeida Júnior, a discussão iniciou após o advogado Brunno Matos tomar satisfação com Marão Filho acerca do dano que esse teria causado no seu veículo. Ambos teriam ido às vias de fato, situação que atraiu para o local as vítimas Alexandre Matos, Kelvin Kim Chiang e a testemunha Wesley Carvalho, no intuito de defenderem o advogado, resultando no envolvimento deles na briga.

Segundo se depreende da denúncia, no momento das agressões mútuas, chegou ao local o vigilante João José Nascimento, que partiu para cima das vítimas com a intenção de defender Marão Filho que continuou com as agressões mesmo após os rapazes terem sido esfaqueadas. Dessa briga generalizada, Brunno Matos faleceu e Alexandre Matos e Kelvin Chiang sobreviveram após serem submetidos a intervenções cirúrgicas.

## **Corregedoria estuda adotar a intimação das partes via aplicativo 'WhatsApp' nos juizados especiais**

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, estuda a viabilidade de adotar, no âmbito dos juizados especiais cíveis e da fazenda pública, a modalidade de intimação das partes em processo, por meio do aplicativo 'WhatsApp'. No estudo, a equipe técnica da Corregedoria concluiu ser viável as intimações por meio do aplicativo, enviadas durante o horário de expediente do Juízo, a partir de aparelho celular cadastrado para a unidade judicial, utilizado - exclusivamente - para este fim. A adesão das partes ao procedimento de intimação via 'WhatsApp' será voluntário. Mas, ao aderir, os interessados deverão preencher e assinar termo de entrega pelo juizado e informar o número de seus telefones. Além de possuir o aplicativo instalado em seu celular, tablet

ou computador, a parte deverá confirmar o recebimento da mensagem, em no máximo 24 horas.

Para a corregedora Anildes Cruz, a utilização dessa ferramenta, a exemplo do que já é praticado em outros estados do país, dará maior efetividade aos atos processuais devido às suas funcionalidades. "Além de ser um meio legal para efetivar a intimação das partes, o uso dessa ferramenta resulta em maior celeridade e redução considerável de custos para o Judiciário maranhense no desempenho das atividades judiciais, dispensando o pagamento de qualquer despesa para instalação e/ou manutenção", pontuou a desembargadora. A juíza Márcia Chaves, coordenadora dos juizados especiais, preside os estudos de viabilidade e gestão na implantação da medida.

## **Comitê da campanha “Maranhão contra as drogas” terá participação de 8 instituições**

A coordenadora da Comissão Externa da Câmara Federal sobre consumo de drogas entre jovens, deputada Eliziane Gama (PPS), participou ontem (3) da reunião de trabalho no Tribunal de Justiça do Maranhão onde foi criado Comitê Gestor da Campanha “Maranhão contra as drogas”.

O comitê será coordenado pelo o juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, Dr. Júlio Praseres, e pela Promotora de Justiça, Cristiane Lago, e inicialmente contará com a participação de representantes de oito instituições: Tribunal de Justiça do Maranhão, Ministério Público Estadual, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Governo do Estado, Polícia Civil, Federação dos Municípios do Estado do Maranhão e Câmara Federal.

“O Comitê Estadual da Campanha Maranhão Contra as Drogas será importante na implementação das políticas públicas sobre drogas no nosso Estado, pois promoverá a colaboração mútua entre instituições que já desenvolvem isoladamente atividades de prevenção e combate do uso indevido de drogas, como o Ministério Público Estadual, que há 3 anos realiza em São Luís a campanha Quem Escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?”, esclareceu Cristine Lago.

O Inspetor Wilami Lopes da Polícia Rodoviária Federal também participou da reunião e será o representante da PRF no comitê gestor da campanha. Além dele, esteve presente Jorge Leite, do TJ-MA.

## **TJ divulga escala de plantão do 2º Grau**

O desembargador Ricardo Duailibe é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual de ontem (3) até domingo (5), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão

provisória, entre outros. Os servidores plantonistas são Claudio Coutinho e Joseli Nascimento, cujo contato é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em forma de sobreaviso. No período de 6 a 12 de fevereiro – de 18h às 8h do dia seguinte – o desembargador José Bernardo Rodrigues responderá pelo plantão judicial de 2ª Instância.

# Judiciário e Famem discutem pagamento de precatórios e dívidas dos municípios

Divulgação

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, reuniu-se, ontem (3), com o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Cleomar Tema, e gestores públicos de prefeituras, para discutir soluções referentes às obrigações dos municípios quanto ao pagamento de precatórios.

Cleones Cunha destacou que o Judiciário tem conhecimento das dificuldades enfrentadas pelos municípios e que o início desse diálogo servirá para que seja encontrada uma solução adequada no que diz respeito ao pagamento de dívidas de precatórios.

“O objetivo é encontrar uma forma de efetivar a quitação desses débitos, sem, evidentemente, trazer prejuízos aos municípios. Todos os que têm débitos devem procurar o Tribunal de Justiça e verificar o procedimento a ser adotado para quitação dessas dívidas”, explicou.

Para o juiz José Nilo Ribeiro Filho, coordenador de Precatórios do TJMA, a questão envolve praticamente todos os municípios do Maranhão. “O primeiro passo é orientar os gestores municipais sobre a necessidade de observar a legislação que trata dessas obrigações e colocar o Tribunal de Justiça à disposição daqueles que têm a intenção de adimplir, com uma maior brevidade, os precatórios”, salientou.



Gestores e representantes do Judiciário discutiram soluções para o pagamento de precatórios

O magistrado ressalta que existem municípios que devem valores elevados referentes a precatórios, sendo necessário analisar a situação de cada um, verificando aqueles que podem ter a dívida facilitada pelos regimes especiais criados pela Constituição Federal. “Os prefeitos têm a oportunidade de se anteciparem, para que o pagamento seja feito da melhor forma possível. Estamos abrindo o diálogo, para que todos tomem ciência de que essas dívidas devem ser quitadas o mais breve possível”, frisou.

De acordo com o presidente da Famem, o prefeito de Tuntum, Cleomar Tema – eleito para o biênio 2017/2018 – a partir do que foi acordado durante a reunião, a Famem vai informar e

orientar todos os prefeitos sobre as medidas mais urgentes que devem ser adotadas para o pagamento das dívidas de precatórios, principalmente aqueles dos municípios que ainda não tiveram bloqueio em conta.

“Vamos orientar os prefeitos a se dirigirem ao Tribunal e apresentarem uma proposta para encontrar uma solução definitiva, antes que o bloqueio em conta seja efetivado”, enfatizou.

## PROPOSTAS

Durante a reunião, o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Conciliação do TJMA, apresentou várias propostas aos gestores municipais, que foram apreciadas e deverão ser incorporadas no calendário de

atividades da Famem.

Os projetos tratam de parceria entre o Judiciário e os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) para execução de trabalho relacionado a famílias em conflito, com a realização de oficinas de parentalidade e de desenvolvimento de plataformas digitais para resolução de conflitos nos municípios.

Participaram da reunião prefeitos e representantes dos municípios de Nina Rodrigues, Anapurus, Arari, Matões e Tuntum; assessores jurídicos da Famem; os juízes Alexandre Abreu (coordenador do Núcleo de Conciliação do TJMA) e Isabella Lago (Diretoria-Geral) e o diretor financeiro do TJMA, Amudsen Bonifácio.

### **Precatórios dos municípios**

Os presidentes da Famem e do Tribunal de Justiça, prefeito Cleomar Tema (Tuntum) e desembargador Cleones Carvalho Cunha, respectivamente, iniciaram ontem (3), contatos com o objetivo de encontrar alternativas relacionadas à cobrança de dívidas de precatórios para as cidades maranhenses.

Atualmente, de acordo com o TJ, 134 municípios do estado possuem dívidas de precatórios.

## Condecoração

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Cleones Cunha, será agraciado com o Título de Cidadão de São Luís, na Câmara de Vereadores da capital. A concessão da honraria foi comunicada ao magistrado na manhã de ontem durante visita do 1º vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Osmar Filho, autor do Decreto Legislativo aprovado pelos demais membros da Casa. A honraria será entregue em solenidade na Câmara Municipal de São Luís, no dia 14 de março deste ano, às 12h.

# SAI LISTA DE CLASSIFICADOS NO SELETIVO DE ESTÁGIO DO TJMA

..... **PÁG. 9 [C1]**

## TJMA divulga lista de classificados para estágio

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), após a finalização de recursos e correções, antecipou o resultado final com a lista dos candidatos classificados no Processo Seletivo para Estágio Remunerado no Poder Judiciário do Maranhão. A lista do resultado

por ampla concorrência pode ser consultada no site da Esmam, na área de “Processos Seletivos - Estágio Remunerado 2016”. O resultado, que estava previsto para sair no dia 6 de fevereiro, próxima segunda-feira, foi antecipado com autorização da Comissão de Supervisão do

Processo Seletivo, presidida pelo desembargador José de Ribamar Castro.

Nas duas listas, o resultado segue a ordem de classificação pela nota e dividido por comarcas. São considerados aprovados no seletivo os candidatos que obtiveram aproveitamento igual ou superior a 50% do total das questões da prova objetiva. A partir da segunda-feira (6), de acordo com o edital, correrá o prazo de 48 horas para recursos. A divulgação do resultado final está

prevista para dia 13 de fevereiro. Os candidatos aprovados deverão se apresentar em audiência pública no dia 15 de fevereiro, na qual serão prestados esclarecimentos sobre as atividades de estágio e escolhidos os setores de lotação, seguindo a ordem de classificação. Outras informações e dúvidas sobre o processo seletivo para estágio remunerado do Tribunal de Justiça do Maranhão também pelo telefone: (98) 3235 3903.

- O Tribunal do Júri de São Luís incluiu na pauta de julgamento deste mês processos de réus presos. Serão julgados na 2ª e 4ª Varas 21 acusados de homicídio e tentativa de homicídio. As sessões começam às 8h20, no Fórum Des. Sarney Costa. Já a 1ª e 3ª Varas começarão suas sessões de júri em março.

## Informe JP

### Resultado frustrante

Após mais de 18 horas de sessão (das 8h30 de quinta às 3h de sexta), não agradou a ninguém o resultado do julgamento dos três acusados pelo assassinato do advogado Bruno Eduardo Matos Soares, ocorrido em 2014.

A acusação (Promotoria Pública) vai recorrer, pois achou as penas brandas demais: 8 anos para Diego Polary; 6 para Carlos Marão; e 1 para o vigilante João José. E todos podendo responder em liberdade.

A defesa, por sua vez, considerou a pena demasiadamente pesada, e também vai contestar o resultado do júri.

Num crime de grande repercussão no estado, Bruno Matos, de 29 anos, foi assassinado a facadas, em 6 de outubro de 2014, durante uma confusão com vizinhos numa casa no Olho d'Água (São Luís), onde se realizava uma comemoração pela vitória, nas eleições daquele ano, do senador Roberto Rocha (PSB). O irmão de Bruno, Alexandre Soares Matos, e um amigo dos irmãos, Kelvin Kim Chiang, também ficaram feridos.

## Caso Brunno Matos

# Acusados de participação na morte do advogado são condenados em julgamento que durou 19 horas

*Os três vão poder recorrer das sentenças em liberdade, por serem réus primários e terem bons antecedentes*

**WELLINGTON RABELLO  
E LUCIENE VIEIRA**

Chegou ao fim por volta das 3h30 da madrugada desta sexta-feira (3) o julgamento dos três acusados pela morte do advogado Bruno Eduardo Matos Soares, de 29 anos, assassinado no dia 6 de outubro de 2014, após sair de uma festa, no bairro do Olho d'Água, em comemoração ao resultado das eleições naquele ano. Ao fim dos depoimentos e dos debates entre defesa e acusação, os jurados chegaram à conclusão de que todos eram culpados e deveriam ser condenados a pagar pelo crime na prisão. Além da morte de Bruno Matos, os réus também foram responsabilizados pela tentativa de homicídio contra o irmão do advogado, Alexandre Matos; e do amigo deles, Kelvin Kim Chiang.

A sessão foi iniciada pontualmente às 8h30, no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, e foi presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Juri de São Luís, Gilberto de Moura Lima. A acusação teve à frente o promotor de Justiça Rodolfo Soares dos Reis, auxiliado pelos advogados Meihem Ibrahim Saad Neto e Rafael Moreira Sauer.

A defesa do vigilante João José Nascimento Gomes ficou por conta do defensor público Marcus Patrício Soares; a de Marão Filho foi feita pelo advogado Italo Leite; e a de Diego Polary, pelos advogados Yuri Félix, Diego Régio Moliterno e Francisco de Paula Bernardo Júnior, os três vindos do estado de São Paulo.

### DEPOIMENTOS

Um total de 25 testemunhas deveria ter sido ouvido, mas somente 16 prestaram depoimento durante a sessão do júri. No início do julgamento, duas testemunhas foram logo dispensadas, Patrick Nogueira e Fábio Antônio Costa Alves Magalhães, que é médico legista do Instituto Médico Legal (IML). Entre os depoimentos, dois figuraram como os mais importantes, o do irmão do advogado Bruno Matos e do amigo deles, que estavam no momento do crime e sofreram tentativa de homicídio. O primeiro a depor foi Alexandre Matos,

que é irmão do advogado assassinado. Em sequência, foram ouvidos os depoimentos de Kelvin Kim Chiang, Wesley Carvalho, de 28 anos, que estava na cena do crime, e são amigos das vítimas; Flávio Henrique dos Santos Marão, os policiais militares Júlio César Sousa Pereira e Maikon Fontes da Silva; o perito particular (contratado pela família do advogado) Sérgio Hernandez Saldias, natural do Chile; Maria José Nascimento Gomes e Maria das Graças Gomes Aragão, as duas são irmãs do vigilante; o delegado Márcio Fábio Dominici, que presidiu o inquérito; Mirela Maciel Dias Vieira, vizinha do local onde aconteceu o crime; Erinaldo Leite Sodré e Michelle Rose Santos Almeida, que é perita criminal. Durante os depoimentos, a quinta testemunha ouvida, o policial militar Júlio César esteve no local do crime, socorreu as vítimas e teria prendido Marão Filho, que foi conduzido para o 7º Distrito Policial, no Turu. Segundo o policial, as vítimas chegaram a dar entrada na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), no Hospital Municipal Djalmá Marques (Socorro 1), no Centro. Ele disse que, ao chegar ao Socorro, teve a informação de que Bruno já estaria morto. E as outras duas vítimas foram enviadas para o Hospital São Domingos, quando nesta unidade hospitalar ele conversou com elas na enfermaria. Júlio César chegou a dizer que o nome de Diego Polary foi citado por Marão Filho, quando este teria permanecido quase que 3 horas na viatura policial.

O perito Sérgio Andrés em seu depoimento afirmou que duas armas brancas teriam sido utilizadas no crime, e que a faca que atingiu Bruno Matos era diferente da que tinha atingido o seu irmão Alexandre e Kelvin. Já as irmãs o vigilantes disseram que ele foi induzido pelo seu advogado na época a confessar o crime, mesmo dizendo no julgamento não ter golpeado nenhuma das vítimas.

### DEPOIMENTO DOS ACUSADOS

Durante o julgamento, os três réus negaram suas participações no crime. O primeiro a ser interrogado foi o vigilante João José



O advogado Bruno Matos, de 29 anos, foi morto a golpes de faca ao sair de uma festa

Nascimento Gomes, afirmando que Marão Filho tinha lhe pedido para ir buscar as cachorras que haviam se soltado e corrido pela rua; nesse momento, no gesto de se agachar, o vigilante relatou que a faca envelopada em papel de jornal e que estava na cintura da calça caiu e alguém, possivelmente Marão Filho, tinha pegado a faca. "Eu não golpeei nenhuma das vítimas. Marão chegou a me oferecer dinheiro para que eu assumisse a culpa, e, na época, eu só confessei o que não tinha feito devido instruções do meu próprio advogado, que logo largou o caso", informou o vigilante. Ele ainda chegou a informar que usava cassetete no seu ofício, e que depois trocou a arma por uma faca, utilizada com frequência para descascar laranjas. Marão Filho disse que durante a discussão foi agredido por Bruno, Alexandre e Kelvin. Ele responsabilizou o vigilante pelos golpes de faca deferidos contra os jovens. "Eu estava no chão, pois apanhei muito, e quando tinha me levantado, João Nascimento já teria cortado as vítimas", disse Marão Filho. Segundo a denúncia, no momento das agressões mútuas, chegou ao local o

vigilante João José Nascimento, que partiu para cima das vítimas com a intenção de defender Marão Filho que continuou com as agressões mesmo após os rapazes terem sido esfaqueados. Dessa briga generalizada, Bruno Matos faleceu e Alexandre Matos e Kelvin Chiang sobreviveram após serem submetidos a intervenções cirúrgicas. Já Diego Polary negou ter estado no local do crime e de conhecer as vítimas. Ele é denunciado por ter supostamente ido ao local do crime socorrer o tio Marão Filho. No interrogatório, Diego chegou a dizer que mesmo sem conhecer nenhuma das vítimas, o Kelvin Chiang estava adicionado à sua rede social Facebook. Após depoimentos e debates da acusação e da defesa, os jurados se reuniram na sala secreta e decidiram pela condenação dos acusados. Por volta das 3h30 da madrugada de ontem, o juiz Gilberto de Moura Lima leu a sentença.

Segundo a decisão da Justiça, Diego Polary foi responsabilizado pela autoria dos golpes de faca que vitimaram Bruno Matos e foi condenado a oito anos de prisão, sendo seis pelo homicídio e dois pela tentativa de homicídio contra o irmão e o amigo do advogado. Carlos Humberto Marão foi condenado a seis anos de reclusão, por participação no assassinato e na tentativa. E o vigilante João José Nascimento recebe a sentença de um ano de prisão, pelo envolvimento no crime.

### ENTENDA O CASO

O crime aconteceu por volta das 5h30 do dia 6 de outubro de 2014, tendo o advogado Bruno Eduardo Soares Matos sido morto a golpes de faca, em frente a uma residência no bairro do Olho d'Água. Assessor jurídico do senador eleito Roberto Rocha (PSB), o jovem comemorava a vitória do referido político, quando teria discutido com um vizinho da casa, por conta da intensidade do som. O irmão dele e outra pessoa também foram esfaqueados, na ocasião.

A época, o delegado Márcio Fábio Dominici, que era lotado no 7º Distrito Policial (Turu), disse que alguns militantes

do PSB haviam alugado o imóvel, situado na Rua dos Magistrados, para comemorar a conquista da vaga de Roberto Rocha ao Senado. Em um determinado momento da festa, um homem que mora ao lado do domicílio, identificado como Carlos Humberto Marão Filho, 38, se dirigiu ao local para reclamar do barulho causado pelo alto som.

Segundo informou Dominici, houve um desentendimento entre as partes, e o suspeito de ter esfaqueado o advogado retornou para sua casa. Dizendo estar incomodado com os ruídos, Marão Filho teria se posicionado diante da residência alugada, como se estivesse esperando o assessor jurídico para "acertar as contas". O advogado, então, surgiu na porta do imóvel, e observou o retrovisor do seu carro quebrado, assim como de outros veículos estacionados no local. No instante em que ele se aproximou do seu carro, acrescentou o delegado do 7º DP, foi golpeado no abdômen. Presenciando a cena, o irmão da vítima, Alexandre Soares Matos, 25, tentou salvá-la, mas também foi perfurado, após uma luta corporal entre ele e Carlos Humberto Marão.

Na sequência, Kelvin Kim Chanes, 26, que também estava no evento, levou uma facada nas costas, quando resgatava um amigo que caíra em um buraco, diante da residência. O colega desta terceira vítima escapou, de acordo com declarações de Dominici, porque "se fingiu de morto", dentro da cratera em que despencou. Os dois teriam saído da festa ao ouvir os gritos de socorro de Alexandre Soares. De acordo com a polícia, o crime contou com a participação direta de Carlos Humberto Marão e de seu sobrinho, Diego Polary; que teriam sido auxiliados por João José Nascimento, que trabalhava como vigilante da rua onde foi registrada a ocorrência.

Em outubro de 2014, Carlos Marão e João Nascimento tiveram prisão preventiva decretada e foram presos provisoriamente. Diego Polary não teve pedido de prisão. Em 17 de dezembro do mesmo ano, o juiz Gilberto Moura Lima revogou as prisões dos acusados, que, desde então, estavam respondendo ao processo em liberdade.



Diego Polary negou sua participação na morte do advogado, mas foi condenado a oito anos de prisão

Fotos: G. Ferreira e divulgação



Auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa ficou lotado durante a sessão do júri